



Aceleração *Regional*

Perfil Socioeconômico do Município de Nova Boa Vista/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

O48t Oliveira, Gabriel Nunes de *et al.*

Perfil Socioeconômico do Município de Nova Boa Vista-RS / Gabriel Nunes de Oliveira, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Saionara da Silva. - Sarandi/RS, 2021.

43 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Nunes de Oliveira, Gabriel. II. Costa, Nilson Luiz. III. Giotto, Enio. IV. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. V. Saionara da Silva.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.
Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro
CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS



Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Conselho de Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi
Luciano Adalberto Henkes
Luciano Escobar
Ayrte Antoninho Blau
Débora Ribeiro Fernandes
Marcelo Giroto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo)
Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente)
Alencar Machado (Diretor Financeiro)
Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor)
Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Nilson Luiz Costa (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR)

Tiago Zardin Patias (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração

Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia municipal	9
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	10
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	13
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	26
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	26
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	28
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	29
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	30
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	32
3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levantamento e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Nova Boa Vista/RS** e está dividido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BOA VISTA

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Nova Boa Vista/RS (2020), o município está situado na região do Médio Alto Uruguai, mesorregião Noroeste Rio-grandense, distante 332,6 Km da capital do estado, Porto Alegre. Confronta com os municípios de Barra Funda, ao norte; Almirante Tamandaré do Sul, ao Sul; Sarandi ao Leste e Chapada ao Oeste.

O município de Nova Boa Vista foi criado por meio da Lei Estadual nº 9608/92 de 20 de março de 1992, tendo se emancipado dos municípios de Sarandi e Chapada, com 94.238 Km quadrados.

O município é constituído pelas seguintes comunidades: Sede Municipal, Cachoeirinha, Caúna, Jaboticaba, Lajeado Boa Vista, Maneador, Mirim, Maneador Baixo e Perau. Todas estas localidades contribuíram e contribuem com suas peculiaridades e particularidades, relevantes para a construção da história do município.

Localiza-se a uma latitude 27º 59' 39" sul e a uma longitude 52º 58' 44" oeste, estando a uma altitude de 435 metros.

2.1. Caracterização demográfica

Nova Boa Vista, assim denominada porque os colonos que lá chegaram eram oriundos de um povoado de Poço das Antas chamado de Boa Vista. Com a colonização iniciada por volta de 1924, a localidade passou a ser habitada, sobretudo por descendentes de alemães.

Conforme é possível observar na Tabela 1, 29% da população de Nova Boa Vista vive na zona urbana, sendo que a maioria (71%) reside na zona rural. Quanto a estratificação por sexo da população tanto rural como urbana, tem-se uma igualdade, com 50,05% masculino e uma população feminina de 49,95%.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010

	Masculino		Feminino		Total	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Urbano	283	29%	295	30%	578	29%
Rural	698	71%	684	70%	1.382	71%
Total	981	100%	979	100%	1.960	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Do contingente de 1.960 pessoas, cerca de 14% tem até 14 anos, 21% de 15 a 29 anos, 45% de 30 a 59 anos e 20% de 60 anos ou mais. Conforme a Tabela 2 observa-se que mais de 66% da população, tanto feminina como masculina, enquadra-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

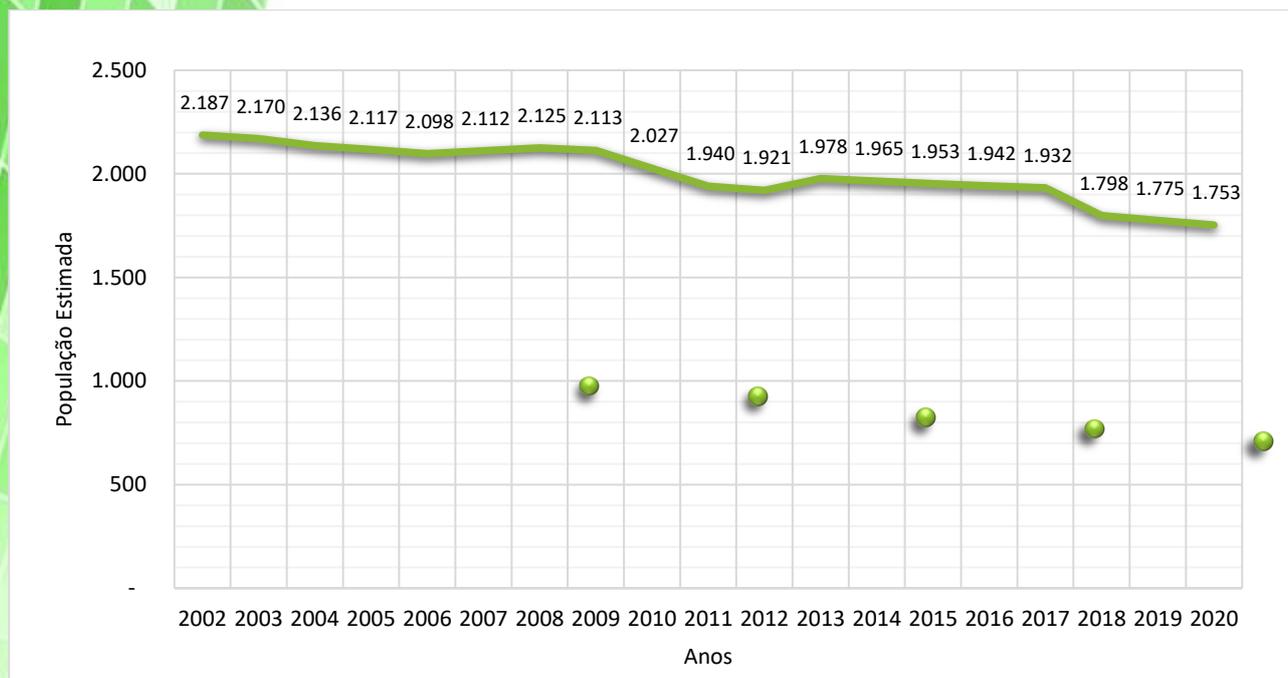
Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	150	15%	127	13%	277	14%
15-29 anos	208	21%	198	20%	406	21%
30-59 anos	452	46%	430	44%	882	45%
60 ou mais	171	17%	224	23%	395	20%
Totais	981	100%	979	100%	1.960	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Observando os dados da figura 2, verifica-se uma tendência de redução da população no município de 19,84% entre o ano de 2002 e 2020, sendo que, de 2011 a 2017, verifica-se uma desaceleração dessa redução com uma taxa de 0,41%, reduzindo de 1.940 para 1.932 habitantes.

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), “O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia”.

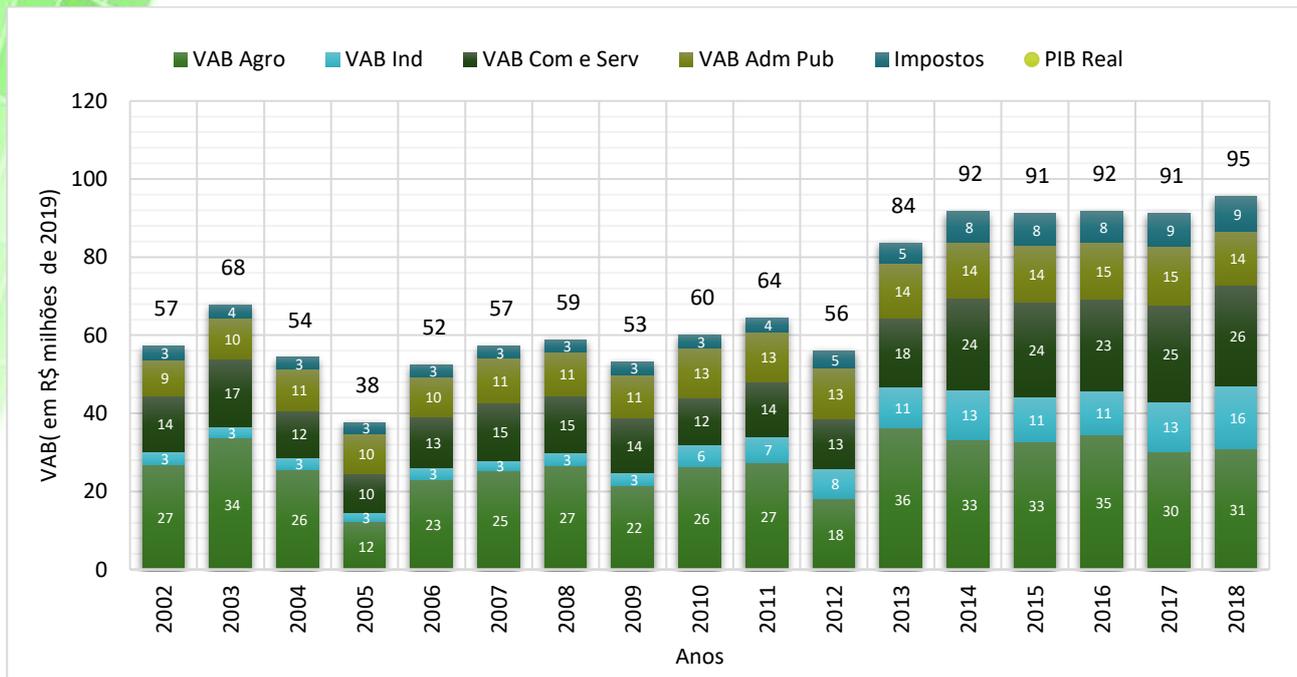
² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou “Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região”.

³ Segundo Mankiw (2015), “o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média”.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2018, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 57 milhões para R\$ 95 milhões, com uma queda mais expressiva de 2004 para 2005 da ordem de 29,63%, sendo que, neste período, a agropecuária teve uma redução de 53,85%. Observa-se que os setores que mais contribuem para a formação do PIB são os setores da agropecuária com 40% e de serviços com 25% em 2018.

Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real do município: 2002 a 2018



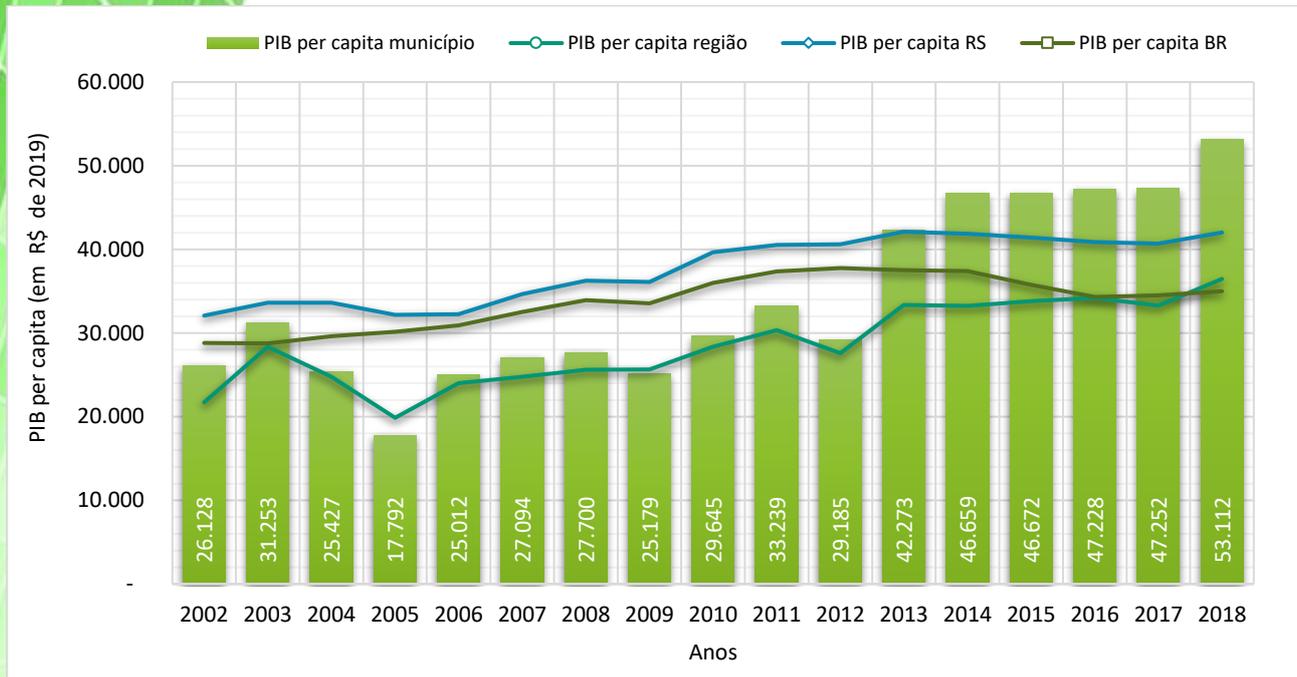
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Em termos médios, observou-se entre 2002 e 2020, uma redução populacional, passando de 2.187 habitantes em 2002 para 1.753 habitantes em 2020, ou seja, um decréscimo de 19,84%. Neste contexto, o aumento do PIB per capita do município se deve em parte pelo aumento do PIB na ordem de 67,11%, mas também pela redução da população na ordem já mencionada.

Do início do período analisado, de 2002 até 2018, o PIB per capita real evoluiu de R\$ 26.128 para R\$ 53.112, ou seja, uma evolução de 103,28%, conforme Figura 4.

Percebe-se na Figura 4 que o PIB per capita teve uma redução no período 2003 a 2005 com uma variação de 43,07%. Mas olhando a série completa, verifica-se uma tendência de crescimento. Outra observação a ser feita é o fato de que em toda a série histórica, apenas 2004, 2005 e 2009, o PIB per capita do município ficou abaixo do PIB per capita regional.

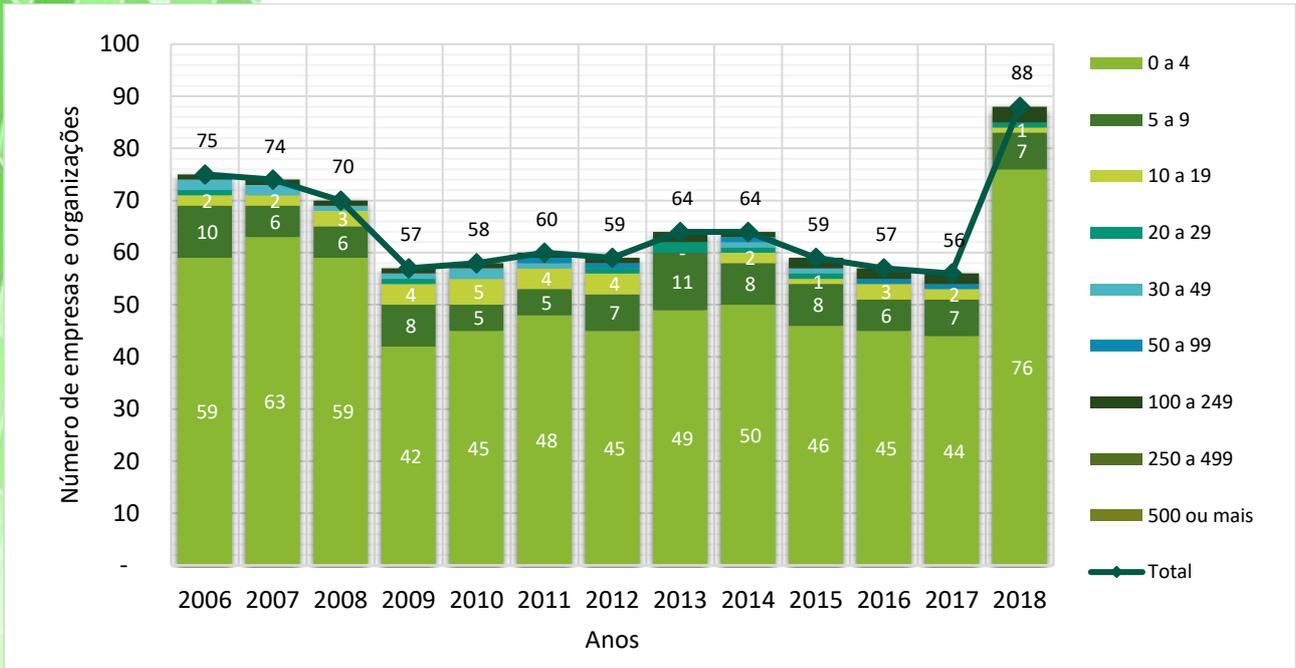
Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

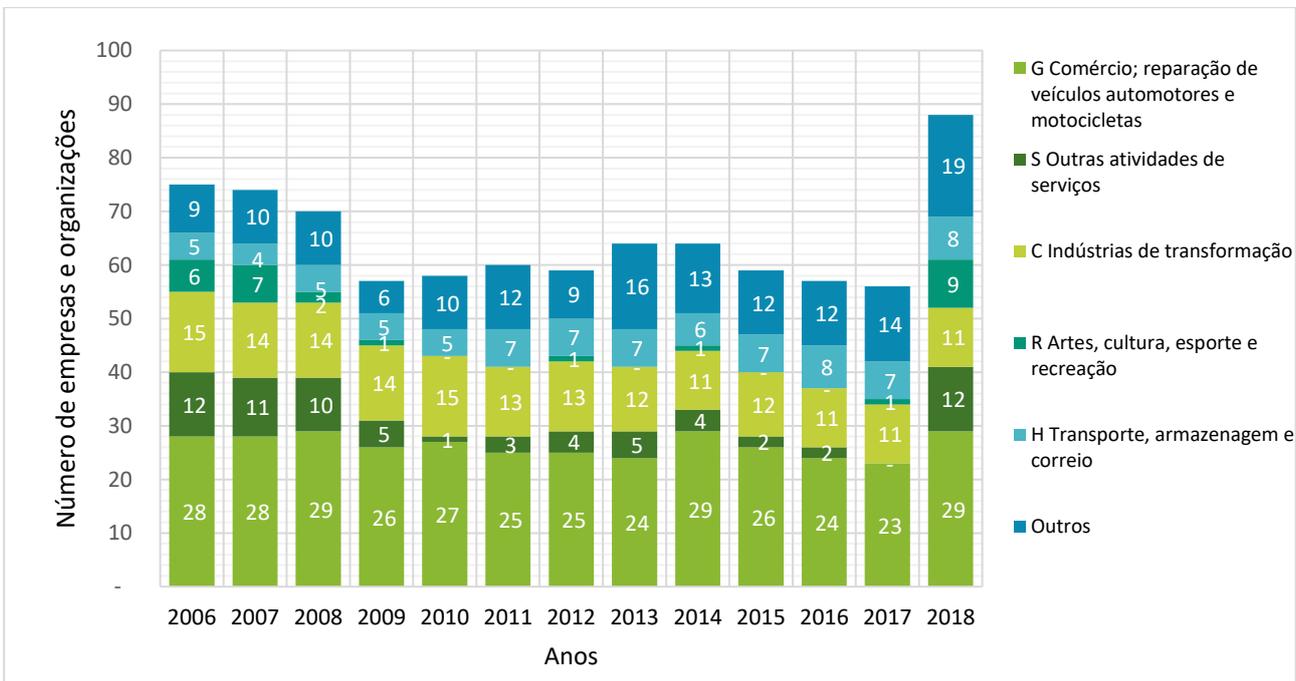
Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam mais 86,36% das empresas do município no ano de 2018. Nesse mesmo ano, 12 empresas, ou seja, 13,64%, empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 7 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 5. Observe-se que houve um incremento no número de empresas de 2017 a 2018 de 57,14%, sendo as que empregam de 0 a 4 empregados, cresceu 72,73%.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

Observando a figura 6, podemos verificar que o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas em 2018 (29 empresas, equivalente a 32,95% do total), mas

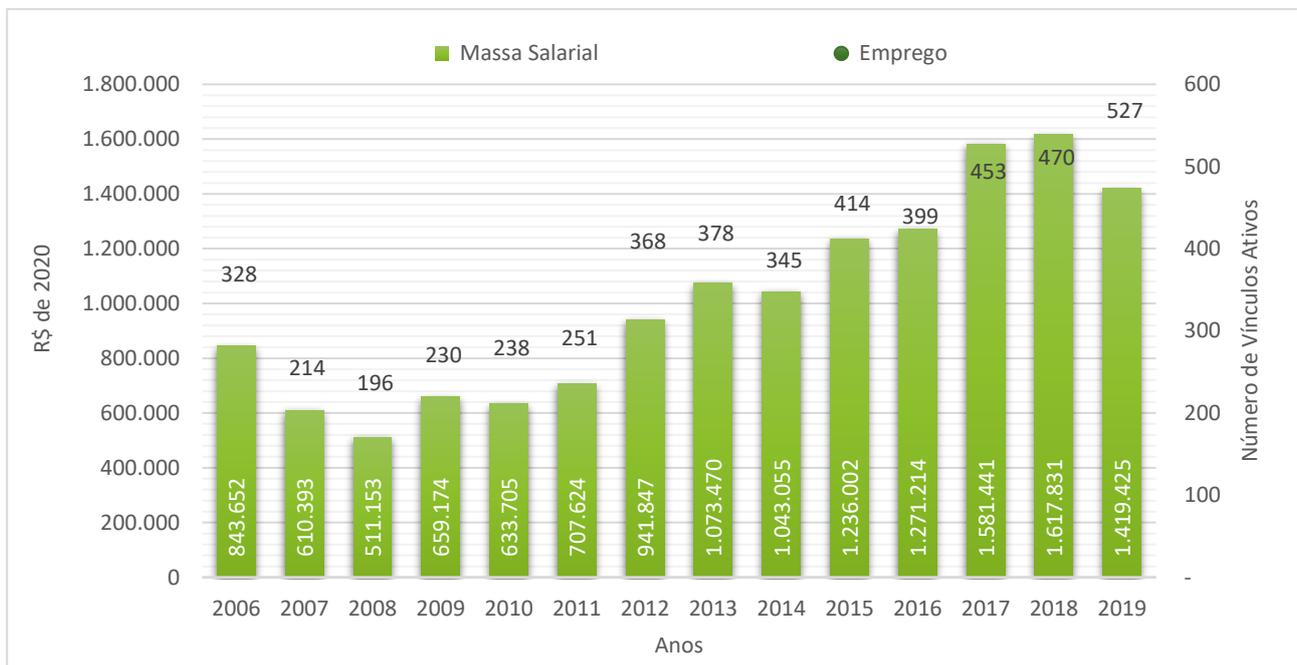
entre 2006 a 2017 houve uma pequena redução neste setor, na ordem de 17,86%, voltando a crescer em 2018. Por outro lado, observou-se uma redução do número de empresas da indústria de transformação de 26,67%, saindo de 15 empresas em 2006 para 11 empresas em 2018, sendo que em 2018 representou 12,5% do total de empresas no município.

Transporte, armazenagem e correio teve um crescimento relativo de 60%, mas em termos absolutos significou um acréscimo de 5 para 8 unidades de 2006 para 2018, sendo que nesse último ano representou 9,09% do total de empresas no município.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Figura 7. Número de empregos formais e remuneração: 2006 a 2019



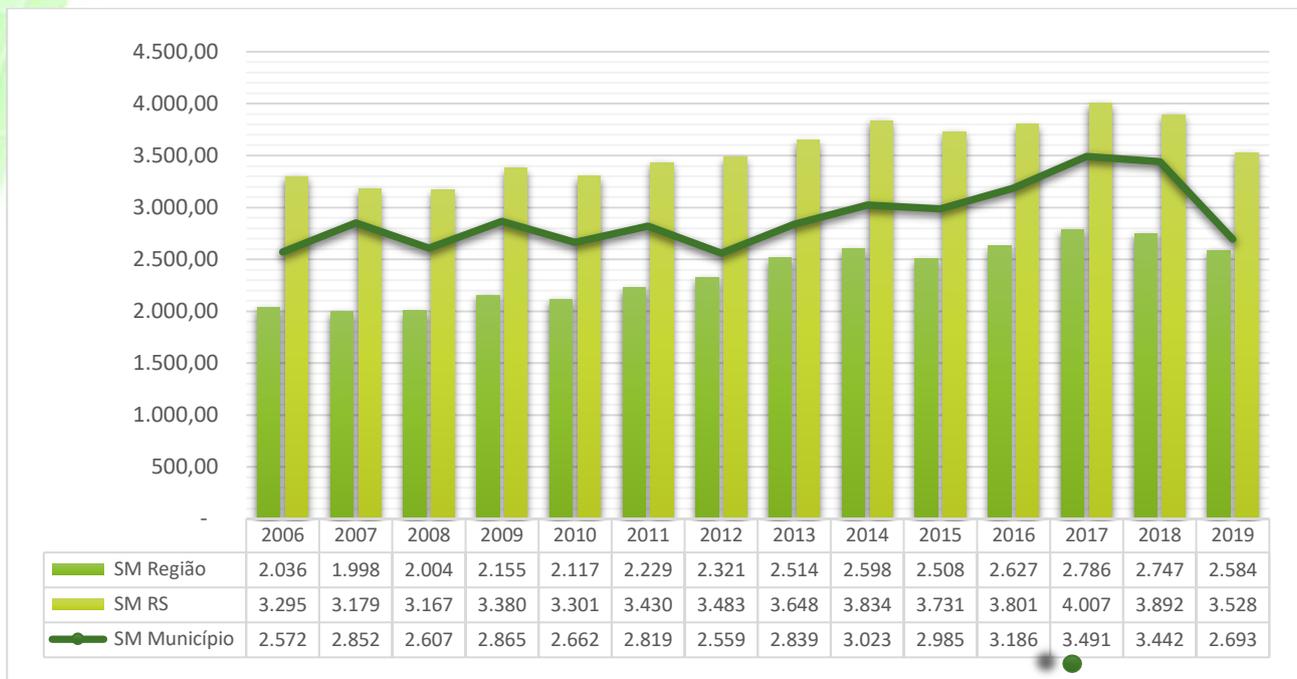
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A partir da Figura 7, observa-se que o município tem experimentado uma crescente no número de empregos e da massa salarial, partindo de 328 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 843.652/mês em 2006 para 527 postos de trabalho em 2019, com um total de remuneração

de R\$ 1.419.425/mês em 2019, com uma queda nos anos de 2007 e 2008, retomando a uma trajetória de crescimento de 2009 até 2018, com queda em 2019.

A Figura 8 apresenta a remuneração média desses postos de trabalho, onde se observa um crescimento de R\$ 2.572 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.693 em 2019. Isso representou uma valorização de 4,7% nos salários médios praticados no município. Observa-se que, embora de 2006 a 2017 houvesse uma tendência de alta, 2018 e 2019, verifica-se um decréscimo na magnitude dos salários médios. Outra observação relevante é que em nenhum momento na série apresentada, a remuneração média ficou abaixo da verificada na região.

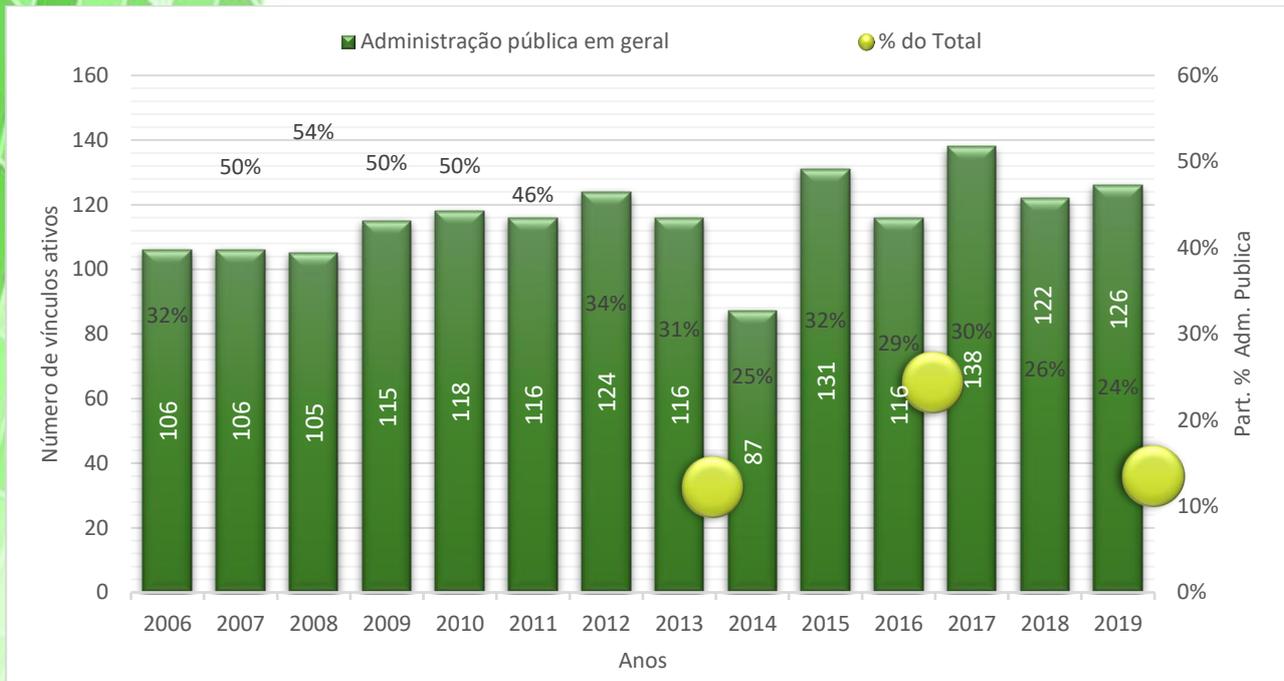
Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

A Figura 9 demonstra a participação dos postos de trabalho no setor público na economia do município. Observa-se que esta representatividade chegou a 54% do total de empregos formais no ano de 2008, mas a partir de então, o crescimento do setor privado reduziu a participação do público, que caiu para 24% do total em 2019.

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2018



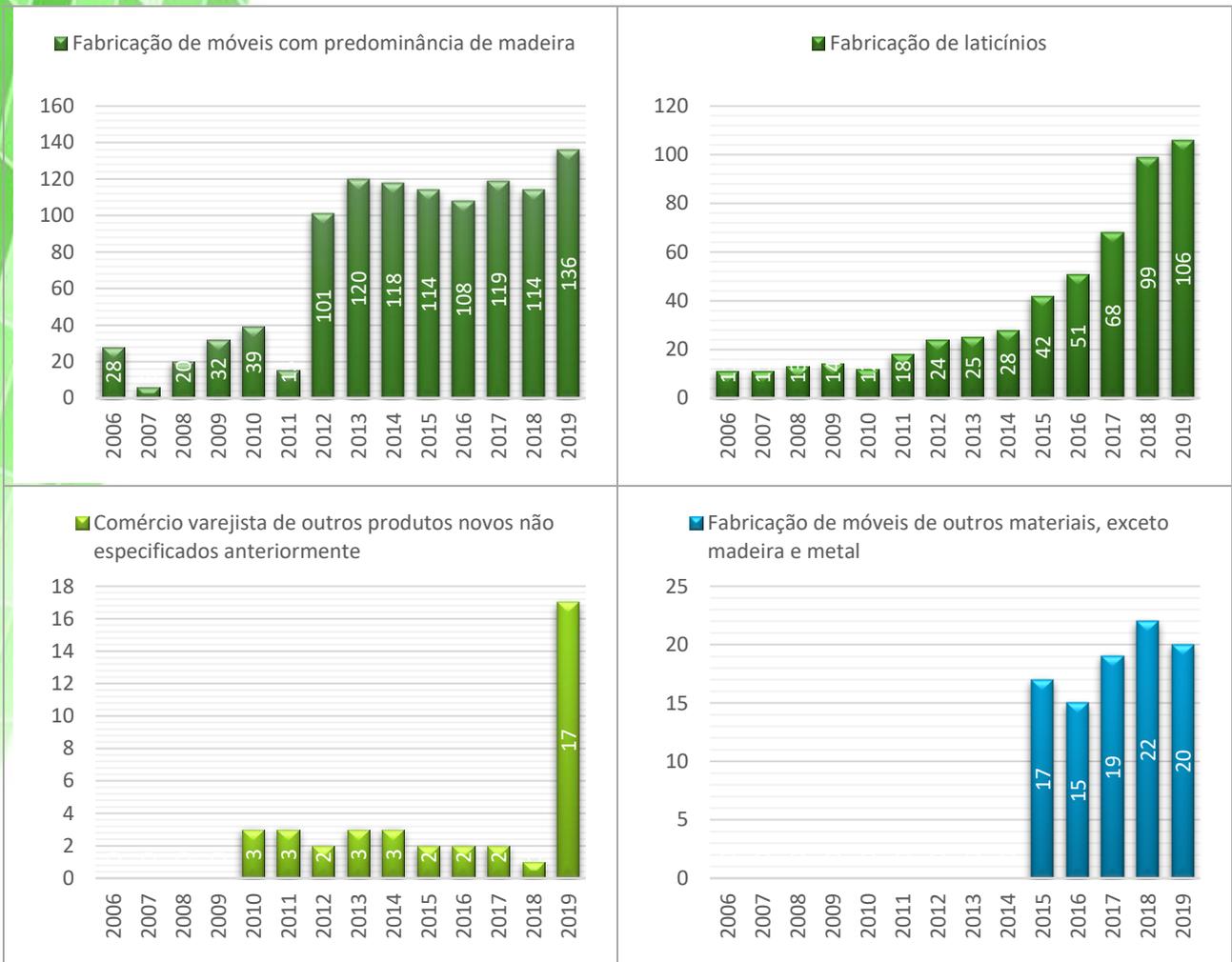
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Já, na Figura 10 é possível observar o comportamento da geração de empregos por atividade econômica, concentrando-se na fabricação de móveis, fabricação de laticínios, no comércio varejista e na fabricação de móveis de outros materiais.

Neste contexto, a fabricação de móveis de madeira apresenta o maior crescimento em termos absolutos, com 28 empregos em 2006 passando para 136 empregos em 2019. Já o setor de laticínios cresceu de 11 para 106 postos formais no período analisado. A fabricação de móveis de outros materiais que não madeira teve início em 2015 com 17 postos de trabalho, elevando-se para 22 postos em 2018 e 20 em 2019.

Também importante, o comércio varejista registrou 17 postos formais de trabalho em 2019.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 82,61% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 62% da área. 15,44% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 30,41% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,55% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 97,78% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

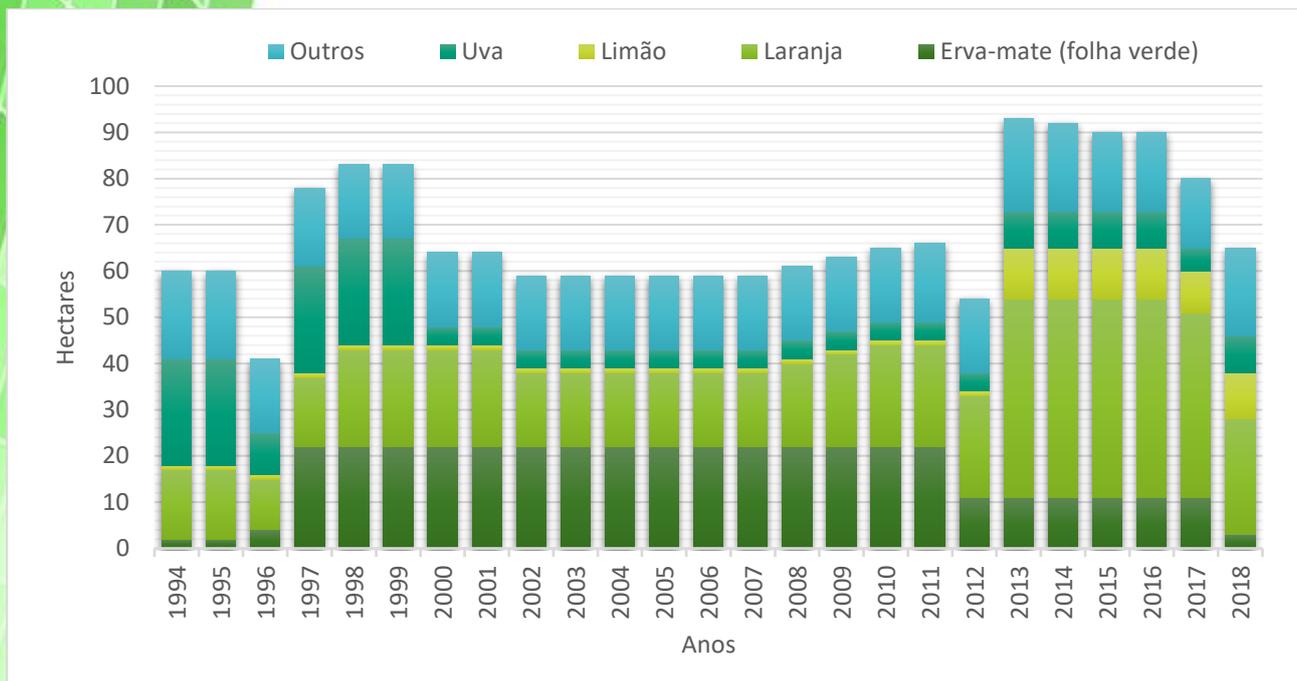
Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	551	5.412,68	82,61	62,00
1-2	103	2.654,55	15,44	30,41
2-3	10	468,47	1,50	5,37
3-4	3	194,39	0,45	2,23
4-5	0	0	0	0
5-6	0	0	0	0
6-7	0	0	0	0
7-8	0	0	0	0
8-9	0	0	0	0
9-10	0	0	0	0
>10	0	0	0	0
Total	667	8.730,10	100,00	100,00

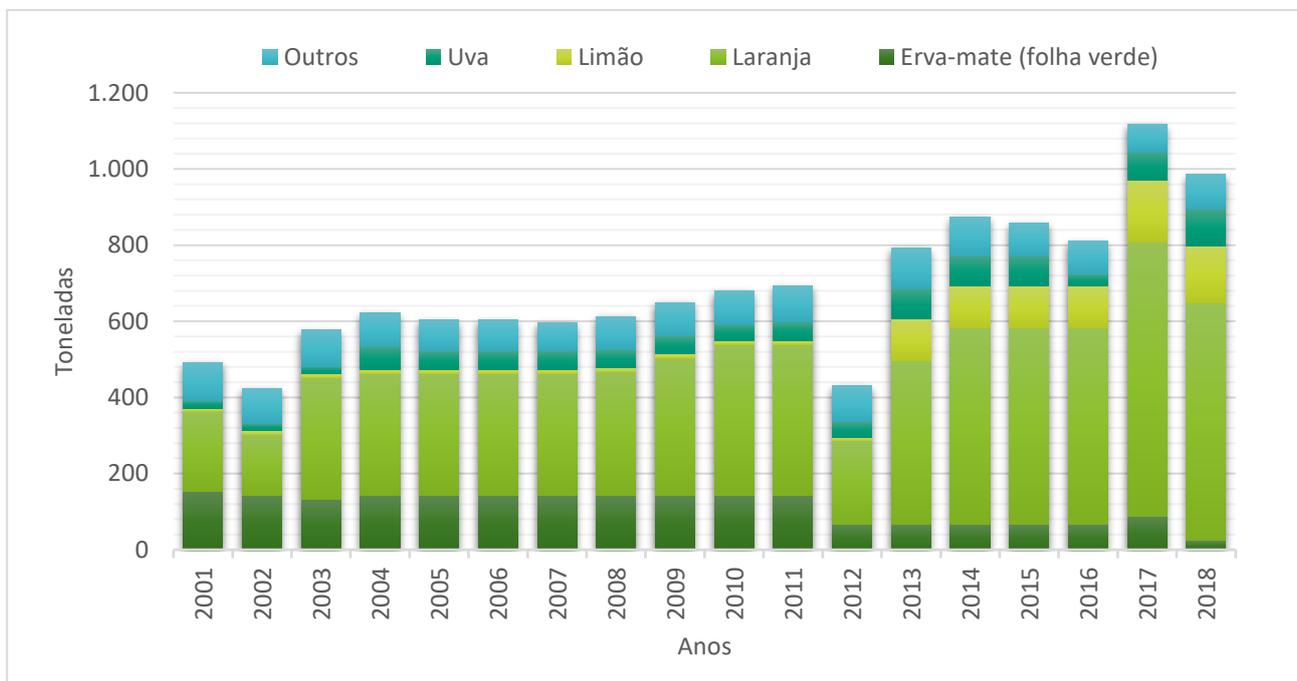
Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 118 hectares para culturas perenes e 5.665 para a lavoura temporária.

Podemos observar no parágrafo anterior que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois as culturas permanentes representam 2,08% da área destinada às lavouras. A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020) sintetizada na Figura 11, mostra a área colhida de culturas de lavoura permanente no período de 1994 - 2018, onde fica evidente o decréscimo da cultura da erva-mate, que, depois de experimentar uma área de 22 hectares entre o período de 1997 a 2011, reduz para 11 hectares no período de 2012 a 2017, voltando a cair em 2018 para 3 hectares. Já a cultura da laranja teve uma área relativamente estável no período de 1998 a 2011, com algo em torno de 20 hectares.

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

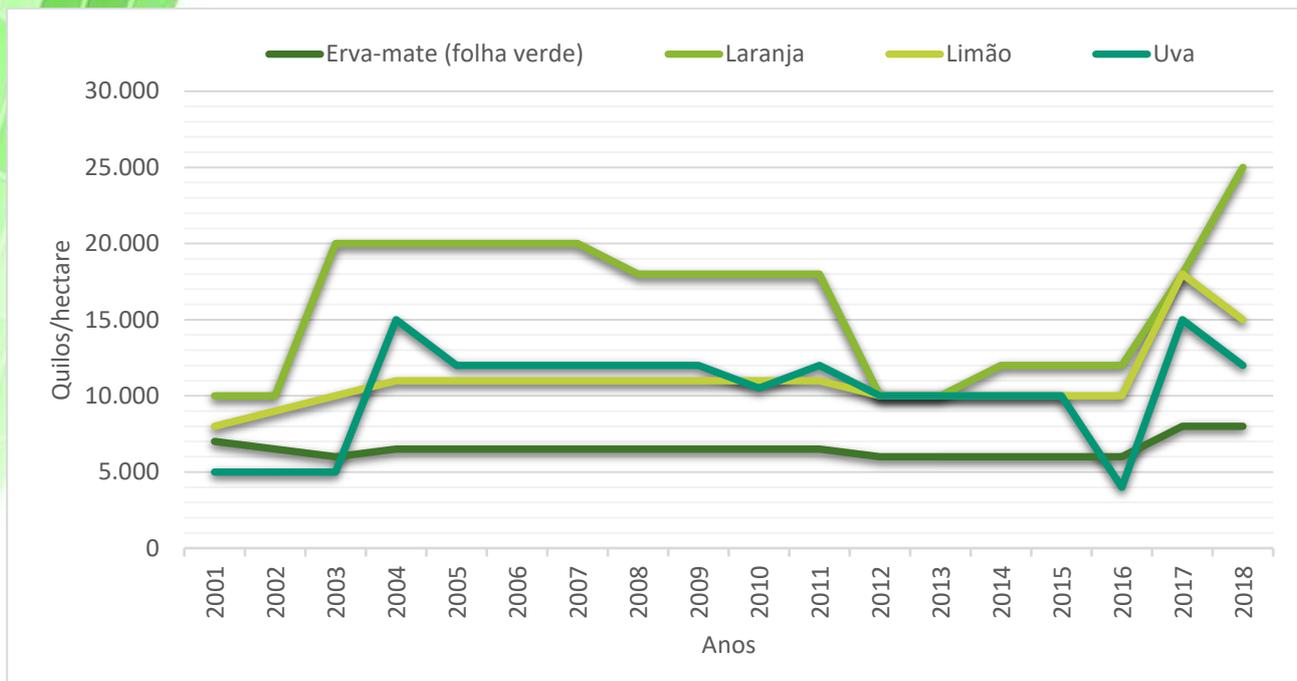
Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A Figura 12 apresenta a quantidade obtida das culturas permanentes, onde se observa a paulatina queda na produção de erva-mate, decorrente da própria redução da área colhida, saindo de 154

toneladas em 2001 para 24 toneladas em 2018. A quantidade produzida de laranja, acompanha o aumento da área cultivada, saindo de 210 toneladas em 2001 para 625 toneladas em 2018. Limão e uva também tem uma elevação da produção no mesmo período, saindo de 8 e 20 toneladas, respectivamente em 2001 para 150 e 96 toneladas em 2018.

Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (kg/ha): 2001 - 2018



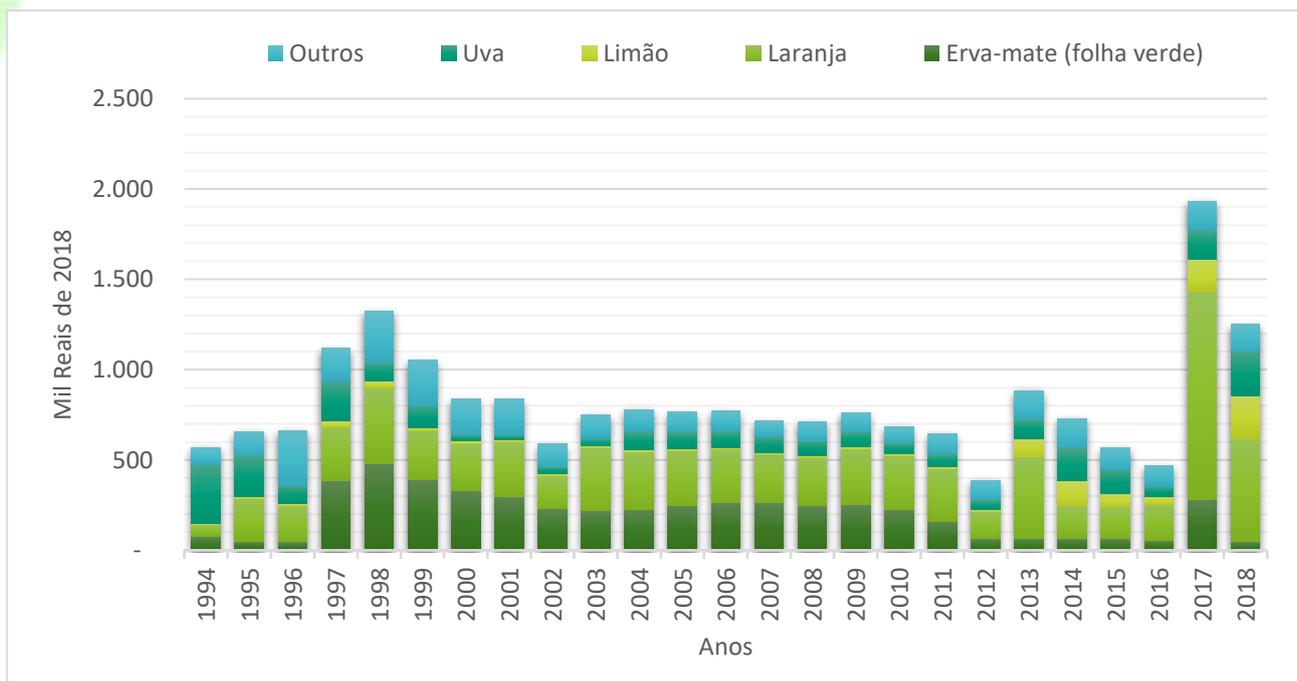
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

A Figura 13 nos mostra uma queda na produtividade da erva-mate ao longo do período de 2001 a 2016, quando o rendimento médio cai de 7.000 quilos por hectare para 6.000 quilos por hectares, voltando a elevar-se a partir de 2017 para 8.000 quilos. A cultura da uva tem uma elevação do rendimento de 2003 a 2004, quando o rendimento passa de 5.000 quilos para 15.000 quilos por hectare. A partir de 2005 houve uma leve redução da produtividade, quando o rendimento cai de 12.000 quilos para 10.000 quilos em 2015, voltando a reduzir-se significativamente em 2016, quando chega a um rendimento médio de 4.000 quilos. Em 2018 o rendimento médio da uva chegou a 12.000 quilos, voltando aos níveis de 2005. Já a cultura da laranja, teve uma redução dos rendimentos de 2007 a 2016, quando passa de 20.000 quilos por hectare para 12.000 quilos por hectare. A cultura do limão experimentou uma estabilidade de rendimento entre 2004 a 2016 com rendimento ao redor dos 10.500 quilos por hectares, elevando-se em 2017 para 18.000 quilos, caindo novamente em 2018 para 15.000 quilos.

A monetização corrigida pelo IGP-DI (2018) da produção da lavoura permanente pode ser vista na Figura 14, derivando da quantidade produzida das culturas verificadas na figura 13. Observa-se que a erva-mate vem tendo o valor da produção reduzida desde 1997 até 2018, com R\$ 384 mil para R\$ 48 mil, respectivamente.

O valor da produção de laranja teve um comportamento de momentos de retração e momentos de expansão, variando R\$ 91 mil à R\$ 451 mil entre 1994 a 2016. Em 2017 e 2018 ocorreu uma elevação no valor da produção acima desse intervalo, chegando a R\$ 1.154 e R\$ 572, respectivamente. Observa-se que o valor da produção de uva, apresenta um comportamento oscilante como consequência da também oscilante área total colhida da cultura e do comportamento do rendimento da mesma, o que sugere não ser uma cultura com peso econômico para os produtores.

Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

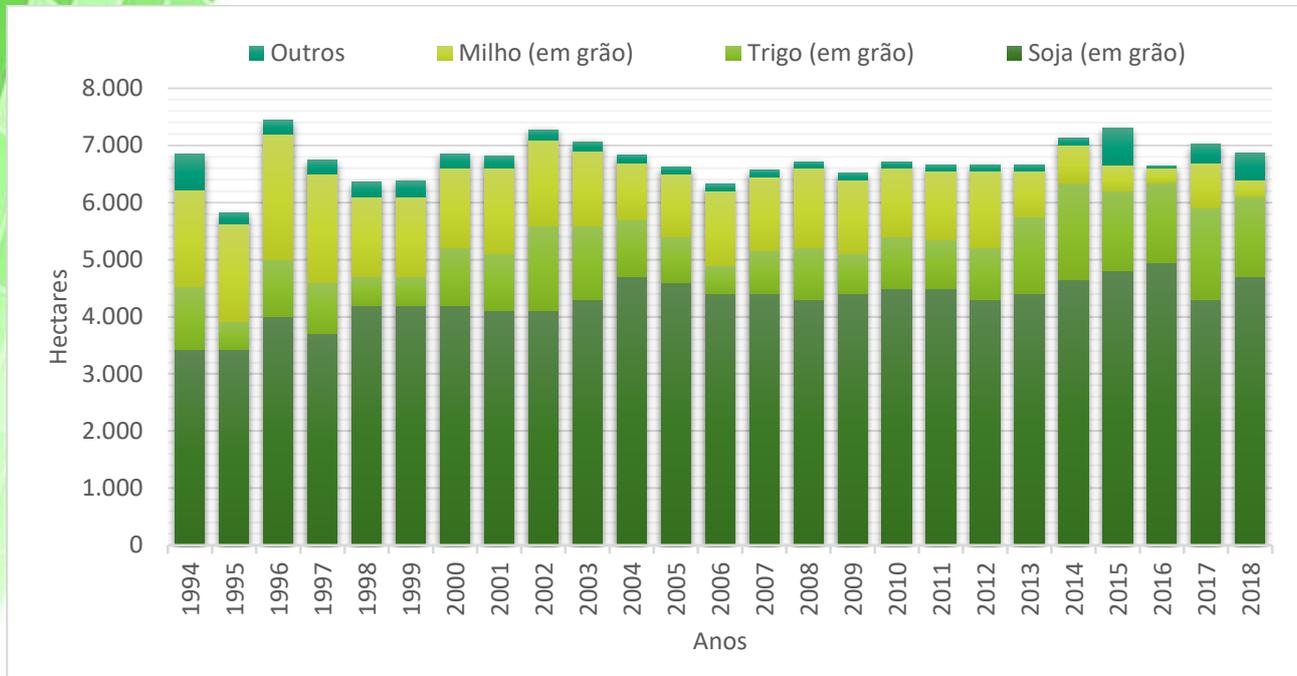


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 15, que a soja, o milho e o trigo, se constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas, com uma média no período de 4.300, 1.216 e 1.018 hectares respectivamente. Porém, é

perceptível a tendência de crescimento da área de trigo e redução da área de milho a partir de 2013, chegando em 2018 com uma área de 300 hectares.

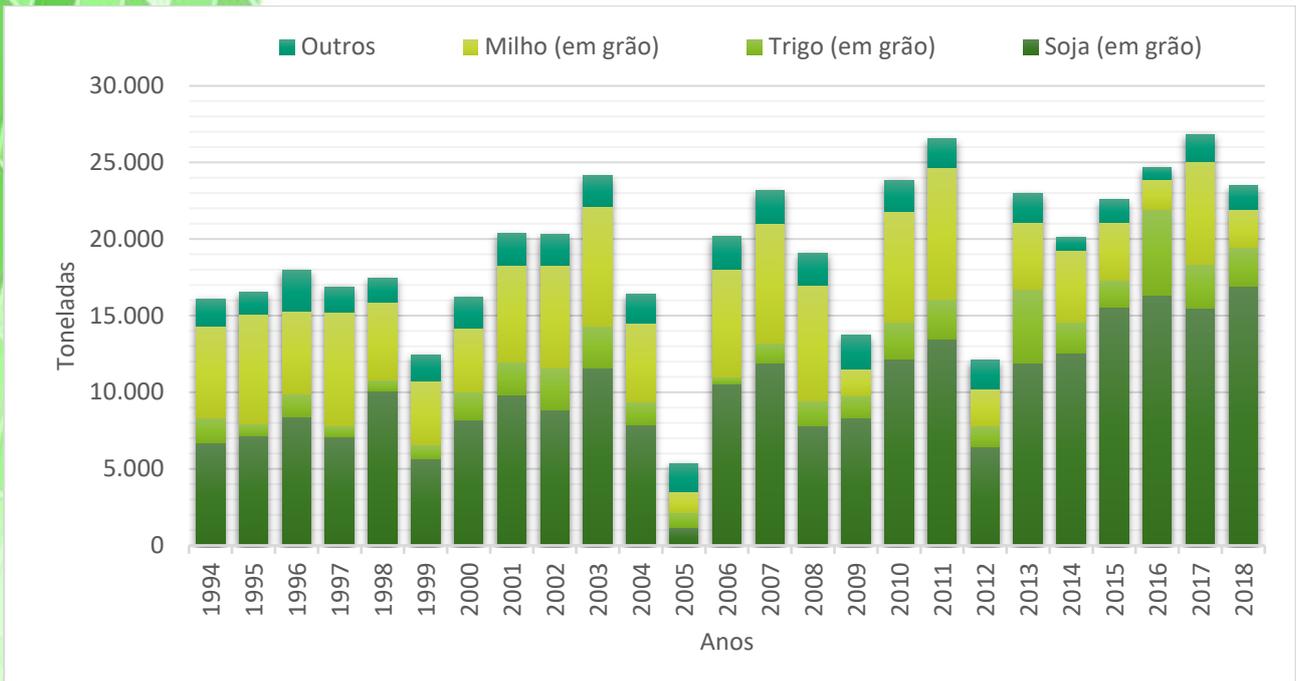
Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

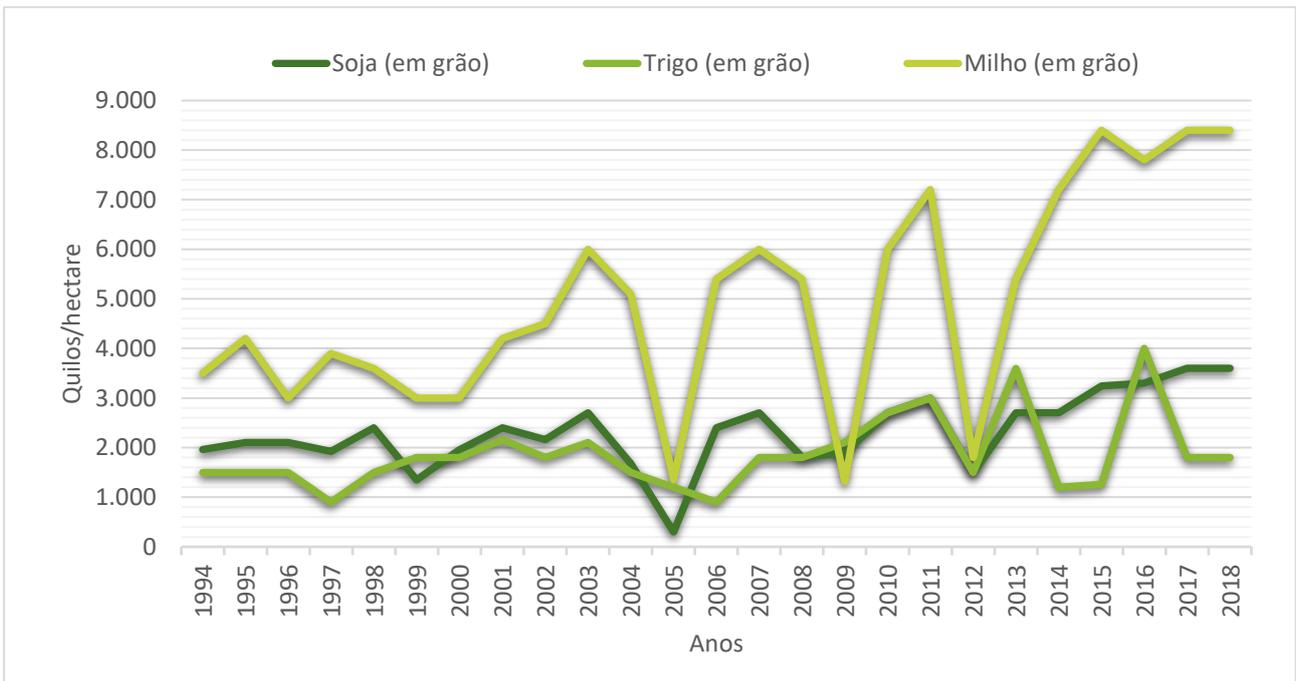
O produto das áreas produzidas das culturas temporárias, pode ser visualizado na figura 16, onde se observa o crescimento da produção de soja que em 1994 produziu 6.703 toneladas e em 2018 alcançou 16.920 toneladas. O trigo oscilou positivamente de 1.650 toneladas em 1994 para 2.520 toneladas em 2018. A produção de milho reduziu-se no período, partindo de 5.950 toneladas em 1994 para 2.520 toneladas em 2018. Em termos de média de produção, a soja produziu 10.085 toneladas, o milho 5.319 toneladas e o trigo 1.960 toneladas.

Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

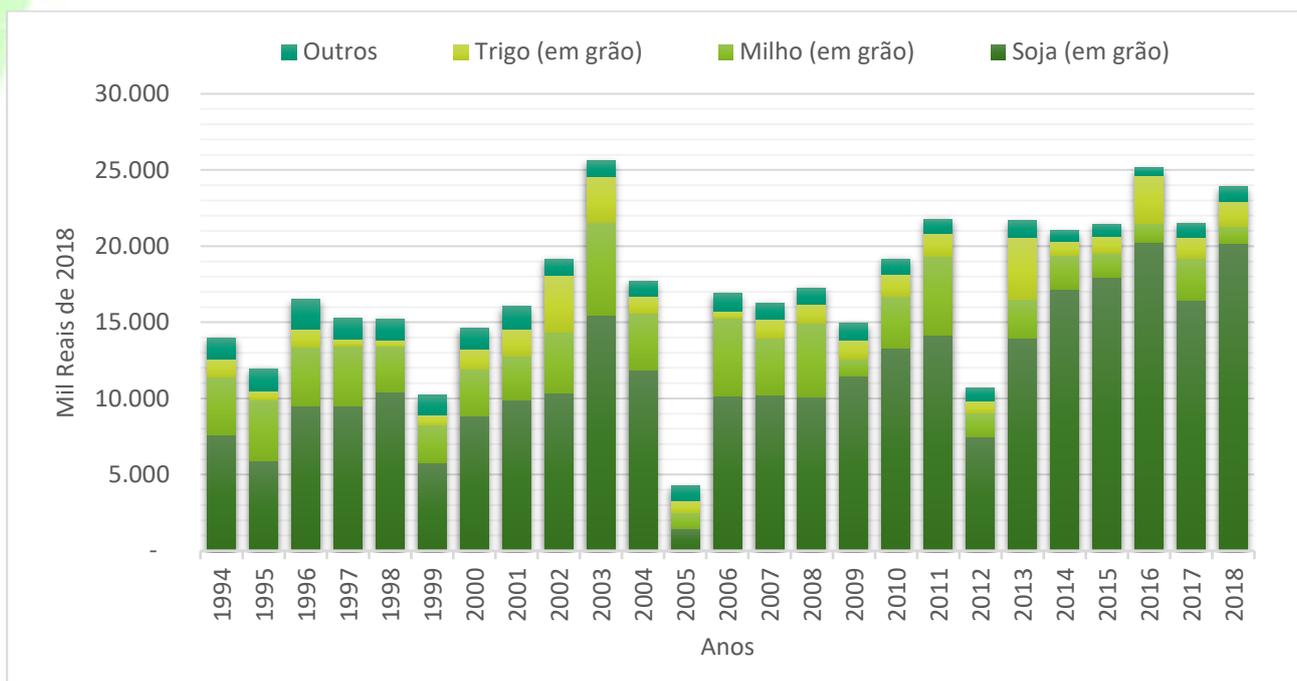
Em termos de produtividade das culturas temporárias, podemos observar na Figura 17 que a cultura do milho obteve as maiores produtividades em relação às demais culturas, com uma média

de produtividade 4.963 quilos por hectare. Já as culturas da soja e do milho, tiveram uma média no período de 2.327 e 1.869 quilos por hectare respectivamente.

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 18 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 2,164 milhões em 1994 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 23,895 milhões. Neste período, a produção de soja foi a principal responsável pelo valor da produção, com uma média de R\$ 6,921 milhões. Seguido pelo milho cujo valor médio no período foi de R\$ 1,482 milhão e o trigo com R\$ 835 mil.

Observando a evolução do valor da produção da soja, verifica-se que houve um aumento de 1.611,63% do ano de 1994 em relação a 2018. Já a cultura de trigo proporcionou uma evolução de 785,41% e o milho de 96,11% em relação ao mesmo período.

Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



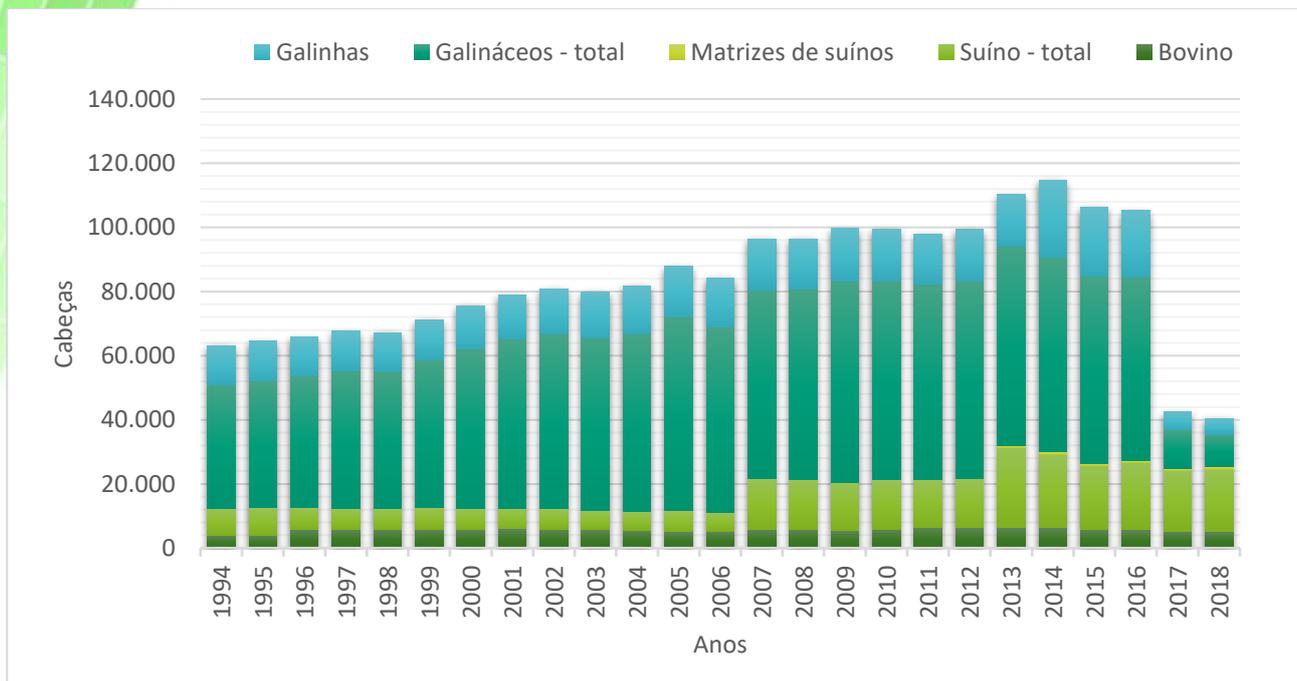
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, a Figura 19 mostra uma tendência de crescimento dos rebanhos entre 1994 a 2016,

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

com exceção da categoria de Galináceos - total. O rebanho que experimentou um maior crescimento foi suínos, com 45% de 1994 a 2018, quando o plantel passa de 8.410 para 12.235 cabeças. O rebanho com segundo maior desenvolvimento foi o bovino com um aumento de 41%, de 4.030 para 5.693 cabeças. Galináceos⁵ e galinhas verificaram um aumento de 31% e 20%, respectivamente de 1994 a 2018. A categoria de matrizes de suínos teve uma redução de 75% do ano de 2013 a 2018, quando o rebanho passou de 748 para 186 cabeças.

Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

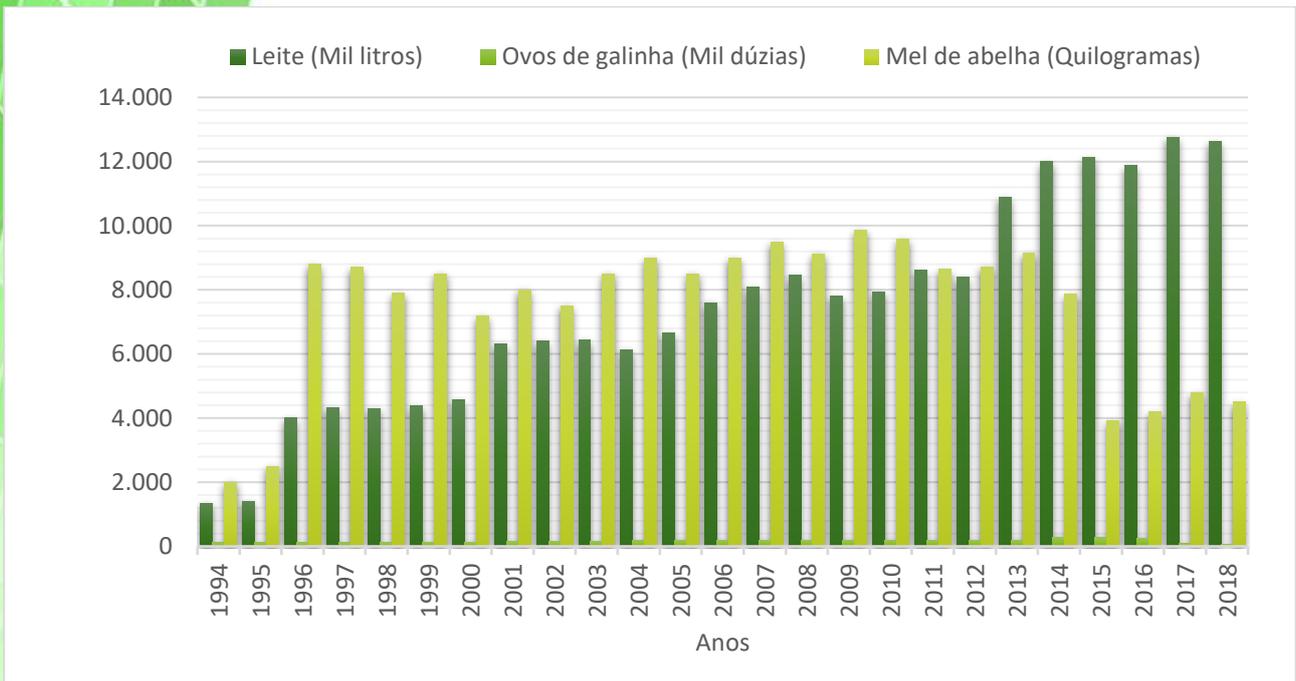


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Tendo por base a Figura 20 é possível observar que em 1994, o município produziu 1,35 milhão de litros de leite. A partir de 1996 verificou-se o início de uma trajetória de crescimento, quando passa a ser produzido 4 milhões de litros e atinge 12,623 milhões de litros de leite em 2018. Observa-se que a produção de mel no município oscilou entre 1996 a 2014 de 7,2 a 9,87 mil quilos de mel, iniciando um declínio a partir de 2015, quando a produção ficou em 3.935 quilos de mel. Em 2018 a produção eleva-se para 4.500 quilos.

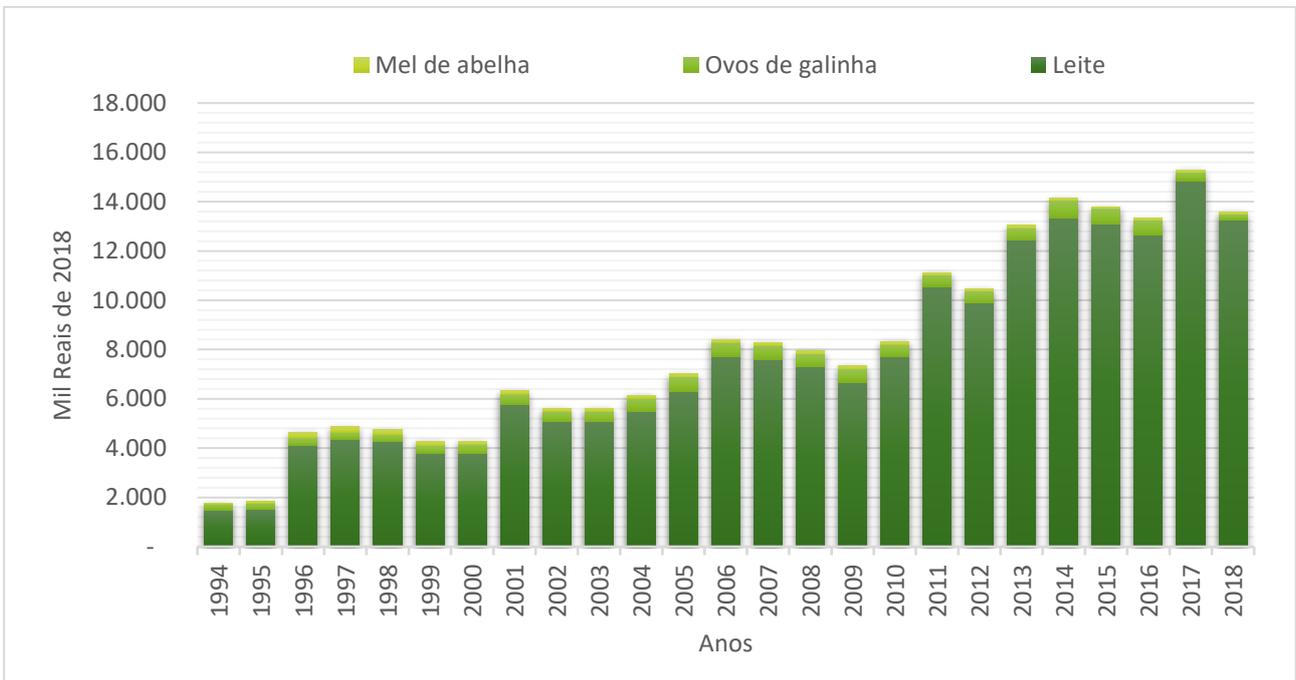
⁵ Segundo o IBGE, a categoria “galináceos” engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

A Figura 21 apresenta o valor da produção animal em termos reais, onde o valor da produção do leite tem apresentado crescimento, partindo na série de R\$ 1,485 milhão em 1994 para R\$ 13,254 milhões em 2018, o que significou uma variação percentual de 792,53% no período.

O valor da produção do mel segue percurso semelhante, onde no ano de 1994 obteve-se um valor de R\$ 32 mil e em 2018 um valor de R\$ 90 mil, ou seja, um aumento de 181,25%.

O valor da produção de ovos de galinha teve um comportamento de crescimento até 2005 e uma trajetória de queda até 2013, quando voltou a subir no ano seguinte, 2014, voltando a cair até o ano de 2018, quando o valor chegou a R\$ 236 mil.

No somatório do valor da produção, ao considerar o grau de importância de cada uma dessas atividades, tem-se em primeiro lugar a atividade leiteira, que produziu ao longo do período de 1994 até 2018, o montante de R\$ 187,869 milhões, seguido pela produção de ovos de galinha com um montante de R\$ 11,209 milhões e em terceiro lugar a produção de mel com R\$ 3,017 milhões.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foram selecionados um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

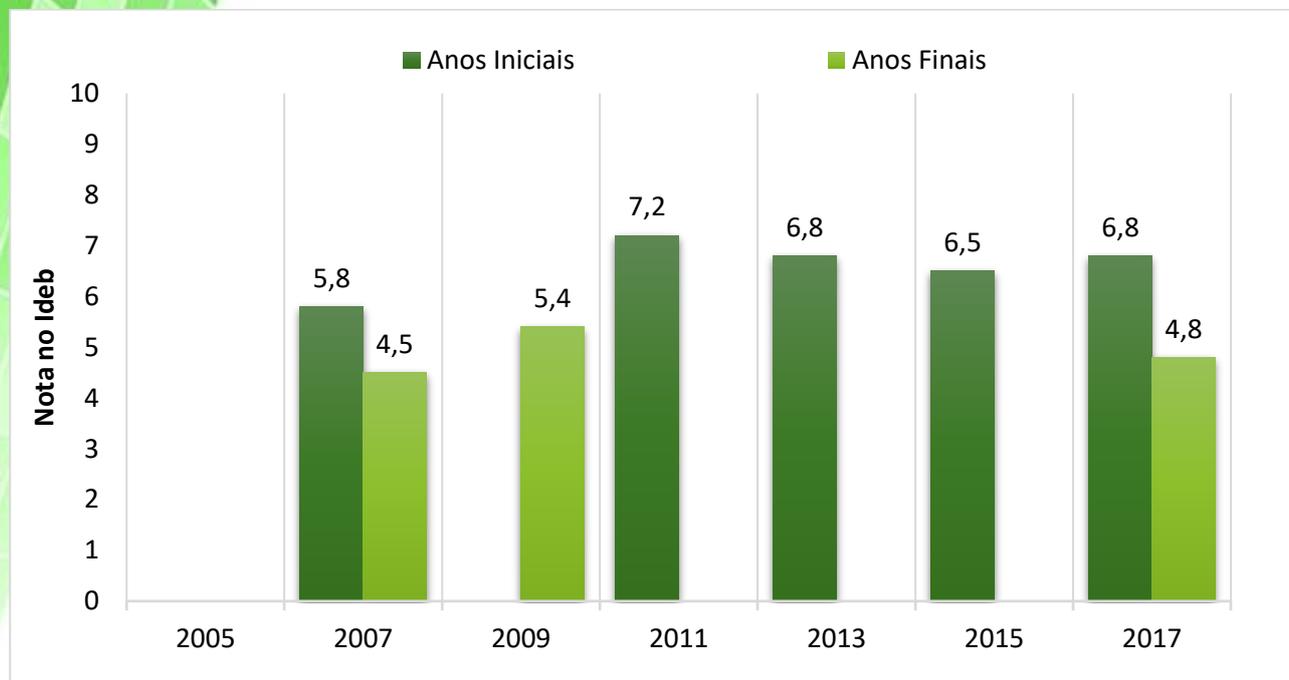
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,5%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 224 matrículas no ensino fundamental e 96 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 25 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 13 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 2 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ tem evoluído no município para os anos iniciais e se mantido estável para os anos finais, conforme é possível observar na Figura 22.

Figura 22. IDEB das escolas do município de Nova Boa Vista/RS: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

Neste sentido, percebe-se que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente de 2007 e 2011, quando passa de 5,8 para 7,2. Nos anos de 2013, 2015 e 2017 ocorreu uma redução para 6,8, 6,5 e 6,8 respectivamente.

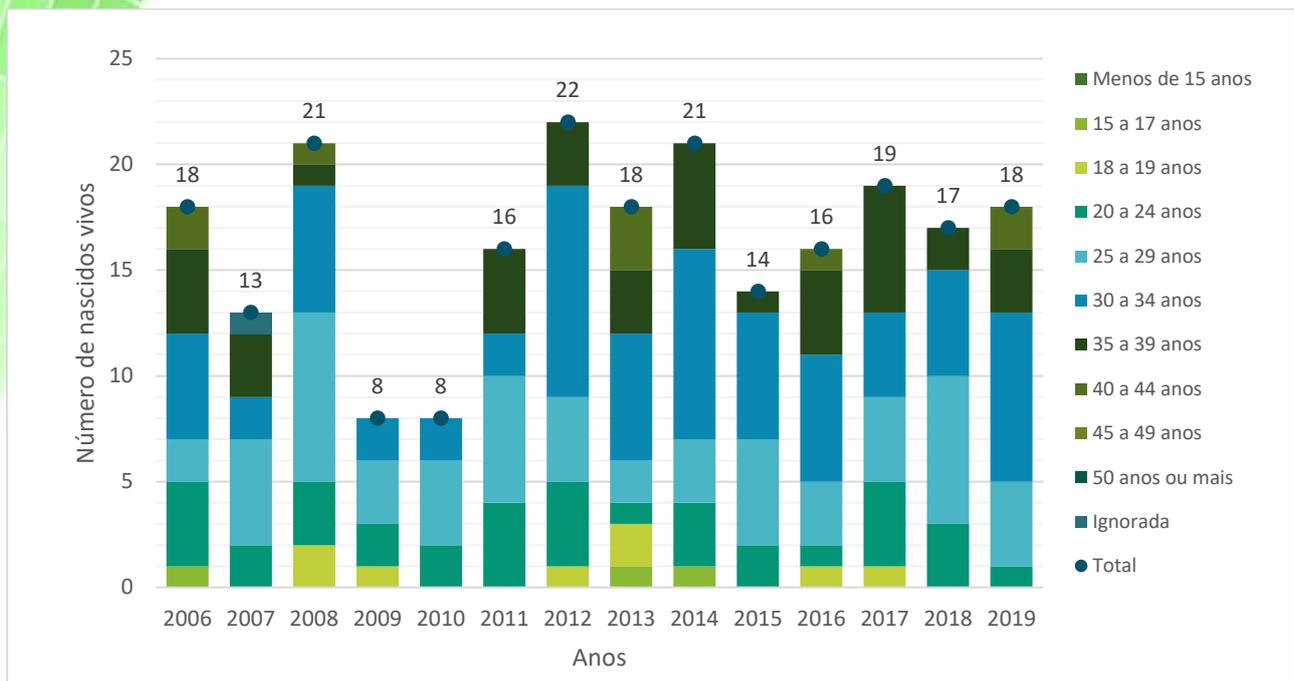
Em relação aos anos finais da educação, percebe-se que o desempenho dos alunos do município durante o período estudado manteve-se estável ao redor de 4,5, experimentando uma elevação no índice no ano de 2009, quando atingiu 5,4 pontos.

⁶ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

Conforme é possível observar na Figura 23, o número de nascidos vivos do município de Nova Boa Vista tem oscilado entre 8 a 22 por ano e concentra-se, principalmente nos extratos de mães com 25 a 29 anos e 30 a 34 anos. Em linhas gerais, a partir de 2012 é possível observar uma leve tendência de redução.

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Nova Boa Vista/RS: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

As duas maiores faixas etárias de parto se dão com mulheres de 30 a 34 anos, com 56 partos e de 35 a 39 anos, com 65 partos, o que representa 22,86% e 26,53% respectivamente. Ou seja, 49,39% dos partos se deram nessas duas faixas etárias.

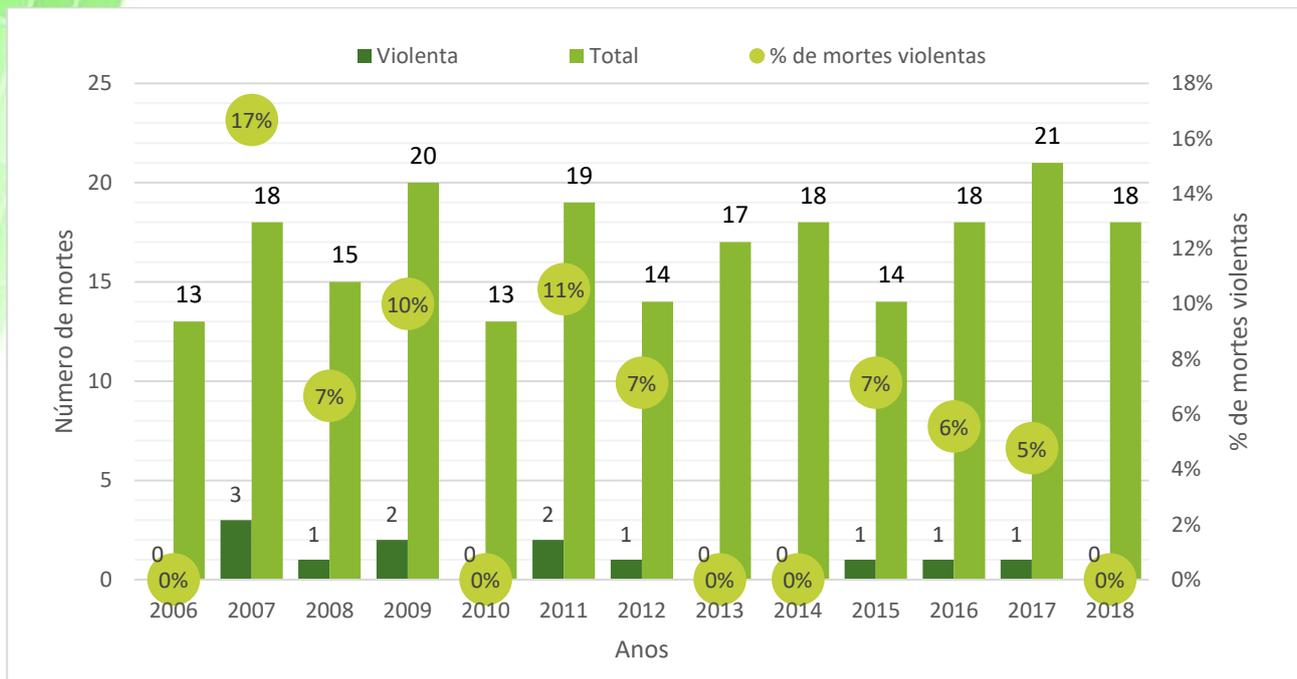
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 100,00 e “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 100.00 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 0.5 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 5 de 497 e 273 de 497,

respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 9 de 5570 e 3330 de 5570, respectivamente.” (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Essas informações podem ser visualizadas na figura 24.

Figura 24. Óbitos, por natureza, em Nova Boa Vista/RS: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Analisando os dados do município, observa-se que em 2007 se teve o patamar mais alto da série com 17% dos óbitos ocorrendo de forma violenta. Já nos anos de 2006, 2010, 2013, 2014 e 2018 não foram registradas mortes violentas no município.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 e 2010 com 13 mortes. Já o maior número de mortes em termos absolutos se deu no ano de 2017, com 21 mortes. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 218 óbitos, dos quais 12 ocorreram de forma violenta, ou seja, 5,5%.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 1% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

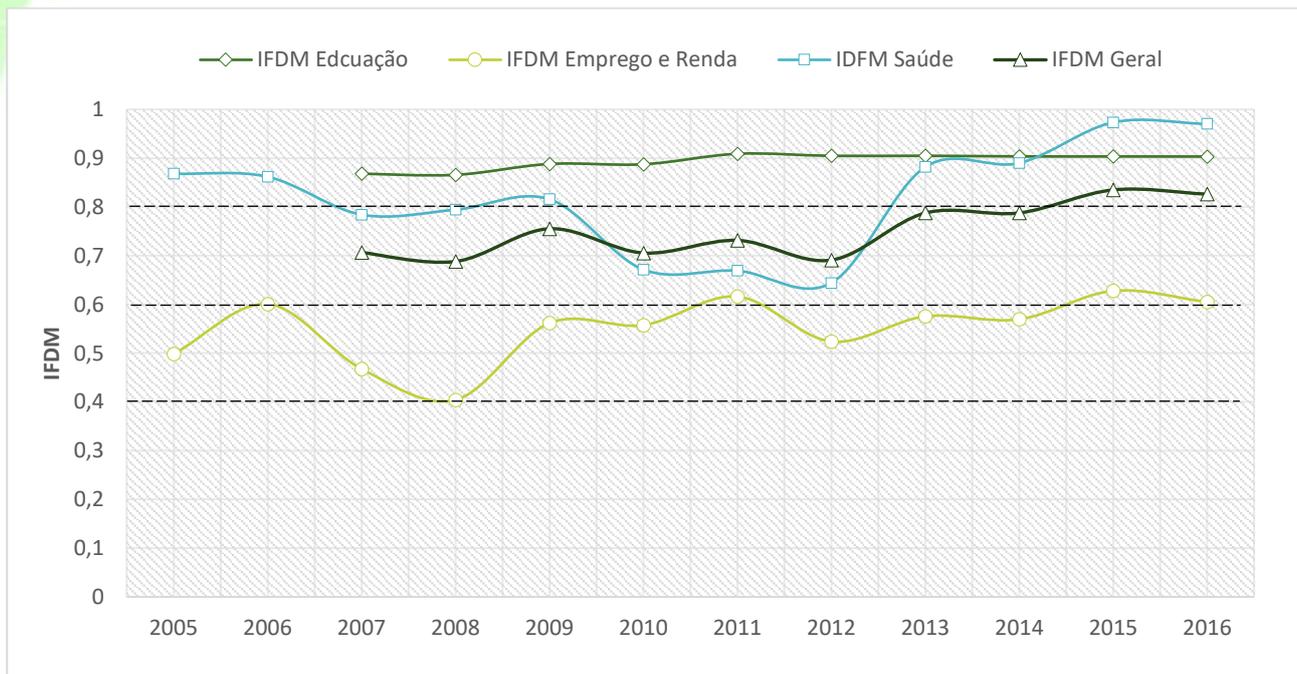
- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;

- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com a Figura 25, as áreas de educação e de saúde foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016 com índices médios no período de 0,89 e 0,81 respectivamente. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice, de 0,55, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local. O IFDM geral médio é de 0,75.

Quando analisado o ano de 2016, podemos verificar IFDM da educação, do emprego, da saúde, na ordem de 0,9; 0,6 e 0,97 respectivamente. O IFDM geral nesse ano, é de 0,83, o que coloca o município como apresentando um alto estágio de desenvolvimento.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 9.424 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 8.730,10 hectares. Destes, cerca de 9,44% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 12,91% como Reserva Legal e 79,28% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	9.424	
Número de imóveis rurais	667	
Área total dos imóveis rurais	8.730,10	92,64
Área média:	13,09	
Área mínima/máxima:	0,26 / 66,54	
APP	823,95	9,44
APP - Recomposição	20,63	0,24
Reserva Legal	1.126,72	12,91
Vegetação Nativa	1.305,28	14,95
Servidão Administrativa	63,66	0,73
Área Consolidada	6.921,46	79,28
Banhados	0,53	0,01
Número de Nascentes	63	0
Uso Restrito	10,69	0,12
Hidrografia	182,55	2,09
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	693,90	7,36

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 667 imóveis rurais, cerca de 65,52% mantêm APP, 8,1% declararam ter olho d'água, 76,46% tem reserva legal e 82,61% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	437	844,58	230	65,52	34,48
Área Consolidada	644	6.921,46	23	96,55	3,45
Banhado	6	0,53	661	0,9	99,1
Hidrografia	454	140	213	68,07	31,93

Nascente olho d'água	54	0	613	8,1	91,9
Reserva Legal	510	1.126,72	157	76,46	23,54
Servidão Administrativa	425	63,66	242	63,72	36,28
Uso Restrito	11	10,69	656	1,65	98,35
Vegetação Nativa	551	1.305,28	116	82,61	17,39
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR – NOVA BOA VISTA					
Número Total de I.R. :	667	8.730,10			
Área Total do Município:		9.424			
% Área declarada/Área Município:		92,64			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar “beleza” emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.

Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgota-se paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo “... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)”. Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks: O futuro além das marcas*), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para “empresas humanizadas”. Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (*O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional*) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como “**promoção altruísta do crescimento do outro**”.

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz “... O amor é sempre uma mão dupla”. John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a “*Safer Way*”, afirma que a lição de maior significado foi a de que “... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo.”

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão “*firms of endearment*”, ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os *stakeholders* se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como “jogo de soma zero”, no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em

relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, “... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida.” No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, “... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva”.

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e

suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁷, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que “... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas”.

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas serve-nos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais.** Não é possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro, mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

⁷ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: “Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom **cidadão corporativo** do mundo”. O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne “... mais focada no ser do que no ter”.

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;

- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em mai/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.

MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente**: como libertar o espírito heroico dos negócios. Rio de Janeiro. Alta Books. 2018.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BOA VISTA (RS). Prefeitura. **Histórico do Município de Nova Boa Vista, RS**. 2019. Disponível em: <https://www.NovaBoaVista.rs.gov.br/municipio>. Acesso em: nov/2019.

SISODIA, R.; HENRY, T.; ECKSCHMIDT, T. **Capitalismo consciente**: guia prático. Curitiba. Voo. 2018. 432 p.

SISODIA, R.; WOLFE, D.B.; SHETH, J. **Empresas humanizadas**: Pessoas, propósito, performance. Rio de Janeiro. Alta Books. 2019. 368 p.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2020.